

AMEAÇA NUCLEAR DURANTE A GUERRA-FRIA:  
QUA CAUSAS E QUE CONSEQUÊNCIAS?  
(1ª PARTE)

*Bruno Filipe Simões Ladeiro (\*)*  
*Aspirante Aluno Artilharia*

**Resumo**

O fim da Segunda Guerra Mundial foi alcançado com uma inovação militar que deixou o mundo perplexo – a bomba nuclear. O fim do conflito, que supostamente se materializa na restauração da paz e na recuperação das nações destruídas, criou o mote para a ebulição de uma nova guerra, substancialmente diferente das anteriores.

A Guerra-Fria, que simbolicamente se iniciou com o discurso do líder britânico, Winston Churchill, em que acusava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas da criação de uma “cortina de ferro” sobre os países do Leste europeu, surgiu como consequência do expansionismo soviético e da tentativa, por parte dos Estados Unidos da América, de o impedir. Esta expansão pautou-se por ter sido ideológica e militar. As armas nucleares, ao dispor de ambos os adversários, constituíam o principal instrumento de dissuasão, criando um período de intensa hostilidade, sem no entanto se verificar uma guerra efectiva entre os contendores directos.

Este conflito prolongou-se por quatro décadas de avanços e recuos, vitórias e derrotas de ambas as partes. Ao longo da sua história, a Guerra-Fria foi marcada por momentos de elevada tensão em que por algumas vezes esteve iminente um holocausto nuclear. O acontecimento que melhor personifica este perigo foi a Crise dos Mísseis em Cuba onde americanos e soviéticos se bateram pela retirada

---

(\*) O artigo que aqui se apresenta constitui uma adaptação do trabalho final de Licenciatura, orientado pelo Tenente-Coronel Carlos Manuel Mendes Dias.

de mísseis nucleares hostis das proximidades do território de ambos – nunca antes um ataque nuclear tinha estado tão próximo de se verificar.

Ao longo da Guerra-Fria ocorreram várias tentativas para apaziguar as hostilidades, sob a forma de convenções ou tratados. No entanto e devido ao clima que se vivia, os acordos assinados não tinham, frequentemente, consequências no desenrolar do conflito.

A queda do Muro de Berlim em 1989 e a consequente desintegração da União Soviética em 1991, marcaram o fim da Guerra-Fria. A economia de guerra seguida por Moscovo contribuiu para o enfraquecer da Nação e, consequentemente, esteve na base da sua derrota. Os Estados Unidos emergem do conflito como a única superpotência mundial.

## 1. INTRODUÇÃO

A divisão mundial de poderes, antes da Segunda Guerra Mundial, era multipolar. A imagem dos “Três Grandes” – Roosevelt, Churchill e Estaline – das conferências da Segunda Guerra Mundial plasmavam essa multipolaridade.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o objectivo dos três grandes vencedores – Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – – passar pela reconstrução dos países atingidos por este aceso conflito e pela criação de mecanismos que pudessem garantir a paz no mundo (diferente da paz anterior), preferencialmente diferentes dos utilizados após a Primeira Guerra Mundial – que se verificaram insuficientes para evitar um novo conflito à escala global.

No final do conflito, os britânicos tinham salvaguardado pouco da sua até então poderosa influência política mundial, excepção feita à intenção de manter o império colonial que, no decorrer dos anos, seria perdido como consequência dos inúmeros movimentos de independência que surgiram nas suas colónias.

O reconhecimento formal da hegemonia norte-americana na Europa Ocidental pela Grã-Bretanha, ficou plasmado no discurso proferido pelo antigo chefe de Estado britânico Winston Churchill em Fulton, no Missouri, na presença do presidente Truman, onde o Leste Europeu foi apelidado de “cortina de ferro”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> O discurso de Fulton estabeleceu, através da linguagem utilizada por Churchill, a política de confronto entre os Estados Unidos e Grã-Bretanha e a União Soviética e, principalmente, estabeleceu que a União Soviética era uma nação ditatorial e que impunha o comunismo aos seus vizinhos. Em outras palavras, o termo “cortina de ferro” transformou-se numa das maiores referências ao “império” soviético e às suas pretensões políticas expansionistas e opressivas impostas aos seus vizinhos. Este discurso marca também, embora apenas simbolicamente, o início do confronto entre americanos e soviéticos que iria assolar o mundo durante quatro décadas.

Neste discurso, Churchill acusou a União Soviética de se demonstrar uma nação expansionista e solicitou aos Estados Unidos que assumissem o papel de defensores da democracia, em que a Grã-Bretanha apenas se constituía como actor aliado, sem poder tomar maiores iniciativas. Dessa forma, Churchill acabou por reconhecer a hegemonia Norte-Americana.

Foi este acontecimento marcante que começou a delimitar os contornos de uma nova ordem internacional – a Guerra-Fria. Com o afastamento da Grã-Bretanha do quadro de superpotências, apenas restavam dois Estados capazes de discutir e influenciar directamente o curso dos acontecimentos mundiais.

De um lado estava uma potência marítima, que defendia a igualdade entre indivíduos, a democracia, a economia de mercado e justiça individual – os Estados Unidos da América; do outro surgia uma potência continental, caracterizada por ser absolutista e defensora dos direitos das classes como base da justiça – a União Soviética. Esta nova bipolaridade, aliada ao enfraquecimento dos Estados europeus no pós-guerra, criou um vazio de poder na Europa, o qual tanto os Estados Unidos como a União Soviética se sentiam atraídos a preencher. Nenhum destes Estados poderia permitir que o outro dominasse o continente europeu, o que instaurou uma espiral de hostilidade entre ambos, tornando a Guerra-Fria um conflito inevitável.

Franklin Roosevelt, Chefe de Estado americano no final da Segunda Guerra Mundial, procurou na sua política do pós-guerra evitar os erros cometidos depois da Primeira Guerra Mundial. Para tal, em vez de uma paz semelhante à de Versalhes, exigiu da Alemanha a rendição incondicional. Procurou estabelecer um sistema comercial liberal para evitar o proteccionismo que tinha destroçado a economia mundial da década de 1930, contribuindo para o início da guerra e fugir à tendência isolacionista dos Estados Unidos que tanto os prejudicou.

Aderiu a uma renovada e fortalecida “Liga das Nações”, denominada desta feita por Nações Unidas. Procurou assegurar a Estaline, líder soviético, que as suas necessidades em segurança seriam satisfeitas, caso aderisse às Nações Unidas. Apesar de acusado de ter sido ingénuo, ao depositar demasiada confiança nessa organização, Roosevelt apenas cometeu o erro de subestimar Estaline. Apesar de ter interpretado mal Estaline, não prejudicou os interesses americanos na Conferência de Ialta em 1945: procurou ligar a ajuda económica a concessões políticas por parte dos soviéticos e recusou-se a partilhar os segredos da bomba atómica.

Por sua vez, Estaline tinha como planos imediatos do pós-guerra fortalecer o controlo interno de forma a acelerar a recuperação. Vítima de profundos danos

durante a Segunda Guerra Mundial – ultrapassava os 20 milhões de mortos (Kissinger 1994) – a União Soviética saiu também ideologicamente fragilizada. A invasão alemã enfraqueceu seriamente o controlo de Estaline, obrigando-o a apelar ao nacionalismo russo durante a guerra, pois a enfraquecida ideologia comunista era insuficiente para motivar o seu povo.

Adoptou uma política isolacionista de forma a proteger-se internamente e fugir às influências externas apesar de, no entanto, preferir que realmente houvesse alguma cooperação, desde que esta o ajudasse a prosseguir os seus fins na Europa de Leste e lhe trouxesse assistência económica por parte dos Estados Unidos. A política externa de Estaline assentava na necessidade de protecção interna e na exploração dos pontos fracos dos seus inimigos, como tão habilmente o fez, ao explorar todas e mais algumas das incoerências da fórmula do pós-guerra acordada em Ialta.

Assolado por duas guerras mundiais e por uma crise económica global, a primeira metade do século XX foi profundamente atribulada. Porém, o mais surpreendente, é de na segunda metade não ter ocorrido um terceiro conflito armado que tanto se temeu. Em vez de um novo conflito quente, ao qual a possibilidade teórica de se seguir um holocausto nuclear não era descabida, seguiu-se uma Guerra-Fria, ou seja, um período de intensa hostilidade sem o emprego directo do instrumento militar entre os contendores. O nível de hostilidade foi tão intenso que uma guerra aberta entre os Estados Unidos e a União Soviética esteve por diversas vezes iminente.

A Guerra-Fria designou então uma situação internacional que nasceu da Segunda Guerra Mundial e que se caracterizou por uma bipolarização do mundo, dividindo-o em duas grandes zonas de influência, cujos centros eram efectivamente os Estados Unidos e a União Soviética, apoiados de ambos os lados, respectivamente, por organizações tendencialmente vocacionadas para a defesa militar – NATO<sup>2</sup> e o Pacto de Varsóvia.

O conflito prolongou-se por quatro décadas, mantendo o mundo expectante e inquieto. Em 1946, ano que marca o início simbólico da Guerra-Fria, tornou-se evidente que a cooperação para construir uma nova ordem num mundo destruído pela Segunda Guerra Mundial não seria possível. Por seu lado, o ano de 1989 ficou gravado na memória de todos como o ano da queda do Muro de Berlim, edificado em 1961, e conseqüente fim do período em causa. Acelerado pela subida de Mikhail Gorbatchev ao poder em 1985 e conseqüente alteração

---

<sup>2</sup> North Atlantic Treaty Organization.

da política soviética, a reunificação de Berlim e desmembramento do império marcaram o fim de um conflito marcado pela proliferação do nuclear.

A facilidade de uma nação enveredar pelo caminho da guerra sempre que se sentisse ameaçada, mobilizando sociedades inteiras para lutar por objectivos que poderiam acarretar custos – humanos e não só – tão altos, mas considerados como remuneradores, pelos principais actores mundiais, foi substituída por um padrão internacional de formação de alianças, manobras diplomáticas de dissuasão e contenção.

A União Soviética saiu derrotada da Guerra-Fria pela aliança encabeçada pelos Estados Unidos, mas, no entanto, apesar de ter perdido a hegemonia sobre a Europa de Leste em 1989 e sofrido a sua própria desintegração em 1991 acompanhada por uma mudança do seu sistema político, não foi invadida nem ocupada por uma força militar inimiga.

O auge da Guerra-Fria foi entre os anos de 1947 e de 1963, durante os quais se realizaram poucas negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Por sua vez, as décadas de 1970 e 1980 foram caracterizadas por serem substancialmente diferentes, marcadas por inúmeros contactos e negociações acerca da redução e controlo dos armamentos.

## **2. AMEAÇA NUCLEAR NA GUERRA-FRIA**

É o lançamento da primeira bomba atómica sobre Hiroshima, no Japão, a 6 de Agosto de 1945, que personifica o último acto da Segunda Guerra Mundial. Este acto, para além de uma acção integrada numa situação de guerra contra um inimigo real de forma a alterar, rapidamente, a situação no Teatro do Pacífico, constituiu um aviso ao aliado soviético que naquele momento da história dava os primeiros passos para a expansão da sua esfera de influência. Esta primeira demonstração de força e de inovação a nível militar por parte dos Estados Unidos, apesar dos estragos causados e perplexidade com que deixou a comunidade internacional, não surpreendeu o líder soviético, que já tinha sido informado pelos seus espões de tal criação. Quando confrontado com a superioridade militar que o seu então aliado – mas futuro inimigo – dispunha, Estaline não se sentiu intimidado e não se afastou da prossecução dos seus objectivos. No entanto, a presença de uma ameaça efectiva e presente de tão larga escala marcou profundamente o novo conflito em que o mundo estava prestes a mergulhar, tanto a nível político, estratégico ou social.

Entre todos os temas e questões discutidas e acordadas na Convenção de Ialta entre os Chefes de Estado dos “Três Grandes”, ressalta a recusa de Roosevelt

em partilhar o segredo da bomba atómica com a União Soviética (Nye 2000). Mais tarde, quando em 1946 os americanos apresentaram o Plano Baruch de controlo de armas nucleares pelas Nações Unidas, Estaline recusou-o prontamente, pois pretendia construir a sua própria arma de destruição maciça.

Para Estaline, a existência de bombas nucleares sob o controlo da comunidade internacional, não se sobrepunha ao facto de continuar a ser uma bomba americana, visto que somente esta nação dispunha de tal tecnologia. Era preferível que, para a defesa da União Soviética, esta não dependesse de uma organização internacional supostamente dominada pelo actor americano; seria melhor dispor da sua própria bomba nuclear. Este objectivo foi atingido em 1949, quando a União Soviética detonou o seu primeiro engenho atómico.

#### a. *Surgimento do Nuclear*

As armas nucleares foram desenvolvidas de uma forma tradicional, mas numa época que de tradicional pouco tinha. A forma era tradicional porque os avanços científicos – particularmente no que diz respeito à cisão atómica<sup>3</sup> nos finais da década de 1930 – coincidiram com a possibilidade de usar essa descoberta durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, tal descoberta foi inesperada, dado os avanços tecnológicos da época. A audácia, imaginação e realismo de Roosevelt foi preponderante no desenvolvimento de tal arma. Nenhum outro governo teria financiado uma pesquisa deste tipo num momento tão dramático como estava a ser a Segunda Guerra Mundial.

O facto dos Estados Unidos terem permanecido neutros até meio do conflito conferiu-lhes a estabilidade necessária para pesquisar, desenvolver e produzir armas nucleares sem o risco de um ataque inimigo. A imigração de mentes criativas provenientes da Europa, que fugiam aos horrores da guerra, em muito vieram ajudar a máquina de desenvolvimento americana.

O primeiro teste foi efectuado a 16 de Julho de 1945, em Alamogordo. Ainda não tinha passado um mês quando, a 6 e 9 de Agosto respectivamente, caíram sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki as primeiras bombas de cisão nuclear<sup>4</sup>. Tendo à sua disposição uma arma com tal poder

---

<sup>3</sup> Desintegração do núcleo de um átomo, que se divide em dois ou mais fragmentos de massas comparáveis, por acção de um neutrão, com a consequente libertação de energia (Encarta 2005).

<sup>4</sup> Potência equivalente a “apenas” 20 kilotoneladas de TNT (Grilo 1987 : 14).

de destruição, os Estados Unidos usaram-na contra o Japão de forma a alcançar a vitória o mais rápida, decisiva e economicamente possível. Se a arma tivesse sido desenvolvida a tempo, possivelmente teria sido a Alemanha o seu primeiro alvo. Este acontecimento acabou por marcar o fim da Segunda Guerra Mundial. Hiroshima e Nagasaki foram destruídas para obrigar os japoneses a renderem-se e assim evitar as baixas que um confronto convencional iria produzir em ambos os lados <sup>5</sup>.

A União Soviética fez explodir o seu primeiro engenho nuclear em 1949. Neste momento, o nuclear estava nas mãos das duas superpotências que disputavam entre si o destino do mundo. Porém, ao mesmo tempo que se verificavam tensões políticas e ameaças de parte a parte do seu uso, a investigação nesta área não parou, antes pelo contrário: em 1952 e 1953 respectivamente, americanos e soviéticos fazem detonar os primeiros engenhos termonucleares, baseados num novo conceito – a fusão nuclear <sup>6</sup>.

À medida que o conhecimento do uso da energia nuclear no fabrico de armas de elevado grau de destruição aumentava, nomeadamente a miniaturização dos engenhos, deu-se também o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas formas de lançamento que gradualmente iriam ocupar o lugar até então ocupado pelas aeronaves de grande porte – os mísseis. Foram estas inovações que realmente iriam alimentar a esperal dos acontecimentos e inerentes tensões. Foi nestes desenvolvimentos científicos, de parte a parte, que os Estados Unidos e a União Soviética assentaram as suas bases de sustentação para a expansão da sua ideologia política e de dominação global, que na verdade se resumia a uma prioridade essencial – dominar a Eurásia. Os soviéticos viam no domínio da Eurásia e na expulsão desta das forças americanas, o caminho para a dominação global, ao mesmo tempo que os americanos procuravam evitar essa situação, tecendo esforços para recuperar a todos os níveis, as nações europeias flageladas pela guerra. Esta luta consistia principalmente numa competição política e ideológica, apoiada pelo poder militar e reforçada pela presença do nuclear (Brzezinski 1997).

---

<sup>5</sup> 100.000 civis japoneses mortos (Grilo 1987 : 14).

<sup>6</sup> União de dois núcleos atômicos leves formando um núcleo atômico pesado, daí resultando a produção de uma grande quantidade de energia. É através deste processo que o Sol e as outras estrelas continuam a brilhar (Encarta 2005).

b. *Pólo Americano*

Os Estados Unidos emergiram da Segunda Guerra Mundial na condição de líderes das potências ocidentais. Na verdade, teriam inclusive voltado ao isolacionismo semelhante ao que adoptaram após a Primeira Guerra Mundial, se não existissem dois factores que pelo seu peso punham essa hipótese, à partida, de lado – a bomba atómica e a União Soviética. A luta entre a União Soviética e o Estado americano iniciou-se quando se tornou por demais evidente que os Estados Unidos não iriam abandonar a Europa à mercê dos soviéticos e que estavam dispostos a se oporem a qualquer exigência de Moscovo que viesse, de qualquer forma, a modificar as zonas de controlo soviéticas de 1945 (Brzezinski 1997).

A política americana adoptada para fazer frente à União Soviética teve de ser baseada efectivamente numa observação realista das intenções soviéticas e das suas capacidades. No que concerne às intenções, é necessário não esquecer que se basearam em impulsos expansionistas – nomeadamente a conquista de um acesso a um mar não gelado – profundamente enraizados e diversas vezes explorados pelos líderes em exercício, ao longo da história russa. Estes provêm de um desejo ancestral de alcançar uma posição dominante em relação ao mundo; o caminho para este objectivo reside no total domínio da Eurásia e que terá como primeiro passo a quebra da ligação americana com o continente europeu. A Guerra-Fria é então mais um episódio desta predisposição para subjugar a Europa. Porém, as intenções soviéticas só podem ser vistas como uma ameaça à “independência” europeia se apoiadas por uma capacidade suficiente. Esta capacidade, embora sustentada pelo poder socio-económico, vê no poderio bélico e militar o seu principal factor de análise (Brzezinski 1997).

O monopólio atómico dos Estados Unidos teve no Outono de 1949 o seu fim, momento em que a União Soviética entrava na história como uma potência nuclear, depois de fazer detonar o seu primeiro dispositivo. Este acontecimento apanhou os americanos desprevenidos, pois deu-se alguns anos antes do esperado. O crescimento surpreendentemente rápido das possibilidades atómicas da União Soviética constituiu um choque para aqueles que viam esta nação como primitiva e a anos de distância dos Estados Unidos, no que diz respeito ao desenvolvimento científico. No entanto e apesar de tal demonstração de progresso russo, as nações ocidentais acreditavam na incapacidade deste acompanhar os avanços tecnológicos americanos.

Até então, e apesar de serem a única nação que dispunha do conhecimento para produzir engenhos atômicos, os americanos não deram elevada importância às armas nucleares como objecto da estratégia internacional. Supunha-se que a posse de um arsenal nuclear era uma vantagem para quem atacava, pois a defesa contra tal tipo de ameaça era inexistente.

Porém esta não foi a tendência seguida pelos americanos; na verdade, estes eram contrários a tomarem o primeiro passo que tivesse como possível consequência uma guerra. Esta característica intrínseca da nação americana tinha como contrapartida o perigo de, que assim que outro sector atingisse o mesmo nível tecnológico, a vantagem deixaria de se verificar. De forma a salvaguardar a sua segurança nacional e procurar impedir que qualquer outro Estado pudesse desenvolver a sua própria bomba nuclear, os Estados Unidos propuseram o Plano Baruch. Com o fracasso de tal iniciativa, os americanos passaram a usar quase exclusivamente a ameaça nuclear como elemento dissuasor nas linhas de acção política de âmbito militar (Tarr 1966).

Ao mesmo tempo que usava o seu poderio militar para ressaltar a sua posição no xadrez político internacional, adoptou medidas político-económicas que, de uma forma bem diferente da dissuasão pela força militar, procuraram recuperar a Europa e consequentemente travar qualquer pretensão soviética de ocupar o vácuo deixado pela queda da Alemanha e da França e enfraquecimento da Inglaterra.

Em resposta à pressão soviética sobre a Grécia e Turquia fragilizadas pela guerra e temendo o alastramento a outras nações, a 12 de Março de 1947, os Estados Unidos põem em prática a Doutrina Truman. Consistia num programa de ajuda económica criado com o objectivo de prestar apoio a qualquer nação que de uma maneira ou de outra sofresse pressões ou agressões russas – “(...) deve ser política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estão a resistir a uma tentativa de subjugação (...)”<sup>7</sup>. Esta doutrina veio mais tarde dar origem ao Plano Marshall<sup>8</sup>. Segundo o seu criador, o plano procurava ajudar a recuperação da Europa, evitando “distúrbios políticos” e “desespero” (Kissinger 1994), de forma a restaurar a economia mundial e criar instituições livres. O objectivo integrava a criação de um programa de reconstrução da Europa a

---

<sup>7</sup> Discurso de Truman ao Congresso (Encarta 2005).

<sup>8</sup> Plano criado pelo Secretário de Estado George Marshall, acabando por adoptar o nome do seu criador.

longo prazo – os Estados Unidos forneciam os fundos necessários. Apesar de considerado como um meio de travar e impedir a influência russa na Europa, o plano convidava a União Soviética e as nações do Leste Europeu a aderirem, se assim o desejassem. Estaline recusou peremptoriamente.

O Plano Marshall fora delineado para erguer economicamente a Europa. Por sua vez, era necessária uma força que se encarregasse de assegurar a segurança deste continente. Os Estados Unidos não se encontravam em posição de exercer tal função, apesar de serem a única potência nuclear, visto que depois da Segunda Guerra Mundial reduziram substancialmente o número de homens nas fileiras; não dispunham dos homens nem dos meios para poder fazer frente ao Exército Vermelho estacionado na Alemanha de Leste. Por outro lado, as nações europeias ou se encontravam destruídas, como era o caso da França e da Alemanha, ou estavam profundamente debilitadas, como era o caso da Grã-Bretanha.

Em Abril de 1948, temendo a crescente influência soviética, diversos países da Europa Ocidental – Grã-Bretanha, França, Bélgica, Luxemburgo e Holanda – formaram o Pacto de Bruxelas, um pacto defensivo delineado para fazer frente a qualquer tentativa violenta de derrube de governos democráticos. No entanto, a Europa Ocidental não dispunha de força suficiente para fazer frente a um ataque soviético. Visto isto, é criada a 4 de Abril de 1949 a NATO, que incluía, para além das cinco nações do Pacto de Bruxelas, os Estados Unidos, o Canadá, a Dinamarca, a Islândia, a Noruega, a Itália e Portugal. Esta organização tinha como principal finalidade garantir o compromisso de ajuda à Europa, caso esta sofresse um ataque. Servia como uma intimidação e apoiava-se na garantia de envolvimento dos Estados Unidos<sup>9</sup> e não num plano de rearmamento da Europa (Encarta 2005).

Entretanto, entre 1948 e 1949, como resposta à unificação das zonas de ocupação americana, britânica e francesa da Alemanha Ocidental e da criação do marco alemão como a nova moeda, a União Soviética procedeu ao bloqueio total por estrada, caminhos de ferro ou canais, entre as zonas ocidentais e a capital. Apesar de se ter vivido um clima de ligeira tensão, não foi efectivamente usado o poderio atómico como forma de dissuasão da posição soviética. O cerco a Berlim foi superado com a criação de uma ponte aérea entre a Alemanha Ocidental e a parte correspondente da capital alemã.

---

<sup>9</sup> E por implicação, o nuclear americano.

Quando em Agosto de 1949, a União Soviética entrou para o grupo restrito dos sectores que possuíam nos seus arsenais bombas nucleares, a administração Truman reagiu praticamente da mesma forma que Estaline aquando dos acontecimentos de Alamogordo, Hiroshima e Nagasaki quatro anos antes—; com alguma indiferença. A reacção inicial por parte do Presidente americano ao facto de existirem agora duas forças nucleares no mundo, baseou-se na negação de que tivessem ocorrido mudanças significativas. Dirigiu-se ao povo americano afirmando: “o desenvolvimento desta nova arma por outras nações já era esperado” e que “esta possibilidade foi desde o início tida em conta por nós” (Gaddis 1997). Como forma de retaliação por a União Soviética ter alcançado tal feito, Truman autorizou em inícios de 1950, a pesquisa e consequente desenvolvimento de uma nova forma de energia nuclear, baseada na fusão nuclear. No entanto, o principal objectivo do Presidente americano, como mais tarde se veio a verificar, seria retirar importância militar e política à utilização de engenhos baseados nesse tipo de energia.

Durante três anos a política de contenção funcionou tal como fora concebida. A Aliança Atlântica servia de elemento dissuasor contra a expansão soviética, enquanto que o Plano Marshall fortalecia a Europa Ocidental económica e socialmente. O programa de auxílio greco-turco repeliu a ameaça soviética daquela zona do globo e a ponte aérea de Berlim mostrou que as democracias estavam dispostas a arriscar uma guerra para resistirem às ameaças aos direitos adquiridos. Em ambos os casos, a União Soviética preferiu recuar do que enveredar por um confronto directo com os Estados Unidos (Kissinger 1994). Em 1950, mais precisamente em Abril, foi apresentado um documento do Conselho de Segurança Nacional intitulado por NSC-68 que expunha a posição oficial americana sobre a estratégia da Guerra-Fria. Este documento, entre outros pontos, previa um ataque soviético no espaço temporal de quatro a cinco anos, como parte de um plano de dominação global e propunha como contra medida um aumento das despesas na defesa e o consequente rearmamento do exército americano.

A 25 de Junho de 1950, surge o primeiro conflito do período da Guerra-Fria – a Coreia do Norte invade a Coreia do Sul. Esta invasão foi consequência de um duplo mal-entendido: os comunistas não achavam plausível que a América oferecesse resistência na extremidade de uma longínqua península, quando tinha cedido a maior parte do continente aos chineses, enquanto que os Estados Unidos mostravam-se menos interessados na importância geopo-

lítica da Coreia<sup>8</sup> – desvalorizada publicamente por dirigentes americanos – do que no simbolismo de permitir que a agressão comunista continuasse sem oposição (Kissinger 1994). Após 3 anos de intensos combates, com avanços e recuos de parte a parte, a guerra viu o seu fim em 1953.

O governo americano concebeu o acontecimento em termos dos seus interesses globais e não como um acidente isolado, defendendo que ficar de braços cruzados perante esta agressão seria encorajar outras. Até então, este foi o acontecimento que mais perto esteve de eclodir de uma Quarta Guerra Mundial. O uso do nuclear chegou mesmo a ser tido em conta, mas o receio de uma retaliação soviética afastou rapidamente a hipótese. A Guerra da Coreia é uma prova da dificuldade que seria usar de novo armas nucleares, mesmo em situações militarmente desesperantes (Gaddis 1997).

Após o primeiro teste nuclear soviético, a apresentação do NSC-68 e a guerra da Coreia que se seguiu, os EUA viram aumentar consideravelmente o seu stock de armas nucleares: em 1950 possuíam 299, em 1951 dispunham de 438, e 841 quando o ano de 1952 chegou ao fim (Gaddis 1997 : 103). Durante estes anos, registou-se a maior vantagem em termos de armamento nuclear em relação à União Soviética, que os Estados Unidos alguma vez tinham tido, vantagem esta que nunca mais se viria a repetir.

Foi Eisenhower, antigo comandante da Segunda Guerra Mundial e eleito presidente americano em 1952, o responsável pelo fim da Guerra da Coreia em 1953. Este não partilhava da mesma opinião de Truman quanto à indefinição da utilidade do uso do nuclear, o que ficou bem patente com a ameaça de um ataque nuclear à Coreia do Norte e à China, caso a guerra não acabasse rapidamente (Gaddis 1997). No entanto, o conflito na península coreana foi combatido de forma convencional, como se as armas nucleares nem sequer existissem.

A 1 de Novembro de 1952, os Estados Unidos voltam a abanar a “estabilidade” internacional ao detonarem pela primeira vez um engenho termonuclear. Este foi o último feito da administração Truman, que em 1953 abandona o cargo de presidente. Nesse mesmo ano Estaline morre. Os sucessores destes líderes encontraram a estratégia da Guerra-Fria já delineada: nem os Estados Unidos nem a União Soviética aceitavam a visão de cada um do mundo do pós Segunda Guerra Mundial, nem tão pouco arriscariam um conflito armado para materializar essa visão – pelo menos não intencionalmente (Gaddis 1997).

---

<sup>8</sup> O que não quer dizer que não tenha valor, antes pelo contrário.

Caminhando para os anos seguintes, verificamos da renovação dos governos, começando-se a sentir o cansaço de um clima de conflito vivido até então (Nye 2000). Desde a cimeira de Genebra em 1955 até à segunda crise de Berlim e posterior construção do muro <sup>9</sup>, em 1961, dividindo a cidade, viveu-se um período de alguma acalmia no que concerne à ameaça do uso do nuclear. No entanto, as inovações não paravam de surgir como ficou patente, principalmente, no desenvolvimento de mísseis ICBM <sup>10</sup>. Apesar desta acalmia também se verificaram alguns períodos de tensão; foram os casos da crise do Suez <sup>11</sup> e da revolução Húngara <sup>12</sup>, mas nada que pudesse abalar a coexistência pacífica entre americanos e soviéticos que até então imperava. Entretanto, também em 1961, dá-se a invasão da Baía dos Porcos em Cuba pelos Estados Unidos, materializando-se como uma tentativa falhada de destronar o comunista Fidel Castro do governo cubano (Encarta 2005). Mas o acontecimento mais grave da Guerra-Fria estava ainda por surgir – a crise dos mísseis de Cuba. No decorrer de toda a era nuclear, tanto antes como depois, este foi o facto histórico que identificou a maior proximidade de um confronto que poderia ter levado ao uso de bombas atómicas. O conflito iniciou-se no momento em que os Estados Unidos tomaram conhecimento de que Cuba tinha autorizado a instalação no seu território, de mísseis soviéticos capazes de transportar armas nucleares, com a capacidade de bater alvos em todo o território dos Estados Unidos. Esta descoberta teve como consequência um tenso impasse durante os dias que se seguiram, enquanto que os americanos impunham um bloqueio naval a Cuba e exigiam que os russos procedessem à retirada dos mísseis já instalados (Encarta 2005). Neste momento, sabemos que os russos apenas detinham 20 mísseis ICBM com capacidade de atingirem os Estados Unidos e que estes possuíam uma vantagem de dezassete para um no que diz respeito a engenhos atómicos (Nye 2000); porém, o presidente americano não o sabia. O perigo de retaliação russa a um ataque nuclear americano era tão elevado, dada a proximidade

---

<sup>9</sup> Edificado de forma a impedir a passagem de pessoas do lado soviético para o lado aliado da cidade de Berlim (Encarta 2005).

<sup>10</sup> InterContinental Ballistic Missile.

<sup>11</sup> Conflito que envolveu a Grã-Bretanha, França e Israel e Egipto (Encarta 2005).

<sup>12</sup> Que rebentou a 23 de Outubro de 1956, mas acabou por ser esmagada pela intervenção russa a 4 de Novembro do mesmo ano (Encarta 2005).

do território americano, que esta opção foi posta de lado à partida. Os Estados Unidos acabaram por sair vitoriosos deste impasse, com a consequente retirada dos mísseis do território cubano.

No entanto, a dissuasão nuclear não foi a única responsável pela resolução desta crise. Apesar de ter tido a sua influência, também o medo inerente de um holocausto nuclear que se verificava cada vez mais próximo à medida que a tensão subia, a possível invasão de Cuba por forças convencionais americanas ou até mesmo a promessa de retirada de mísseis americanos da Turquia tiveram a sua quota parte de importância. A verdadeira razão que levou ao recuo soviético permanece dissimulada nestas várias hipóteses.

Depois deste grande e controverso impasse, e provavelmente o acontecimento que melhor personifica o clima de uma Guerra-Fria assente na ameaça de emprego do nuclear, seguiu-se mais um período de relativa acalmia. A instalação de uma linha telefónica, mais tarde denominada por “telefone vermelho” que ligava directamente Washington a Moscovo, a assinatura pela União Soviética, Estados Unidos e Grã-Bretanha de um tratado de controlo de armamentos, que visava proibir os ensaios nucleares na atmosfera e a anunciada intenção – pelo presidente Kennedy – de aumentar as trocas comerciais com a União Soviética, constituíram os factores que estiveram na origem do esfriar do conflito.

Desde o final da crise de Cuba e até ao *Non-Proliferation Treaty* de 1968, verificaram-se vários conflitos considerados secundários. Estes, apesar de nunca terem registado confrontos directos entre os Estados Unidos e a União Soviética, resultavam de tentativas e consequentes respostas de alargamento das esferas de influência dos dois grandes pólos mundiais. Entre estes conflitos, podemos destacar a Guerra do Vietname<sup>13</sup>, da qual os Estados Unidos saíram derrotados; a Guerra dos Seis Dias entre Israel e a coligação árabe composta pelo Egipto, Jordânia e Síria; a invasão da Checoslováquia por parte do Exército Vermelho. Apesar de uma coexistência deste tipo, o desenvolvimento e aumento do arsenal nuclear não cessava: em Junho de 1965, o número de mísseis ICBM Minuteman perfazia um total de 800; em Junho de 1967, os 31 submarinos Polaris transportavam um total de 656 mísseis nucleares (Tarr 1966 : 105). No entanto Kennedy, eleito presidente em 1961, procurou não assentar a sua política externa na dissuasão nuclear, apesar de deixar bem clara, a predisposição para o uso de bombas atómicas, se um conflito armado se verificasse iminente (Gaddis 1997).

---

<sup>13</sup> Tentativa americana de impedir a anexação do Vietname do Sul pelo Vietname do Norte, seguidor da doutrina soviética.

Quando Nixon subiu à presidência, o poder nuclear norte-americano estava a decrescer, relativamente, de forma alarmante com a recuperação russa, e a sua superioridade económica posta em causa pelo crescimento dinâmico da Europa e do Japão. Estabeleceu por isso diversas medidas para fazer face à situação, reconfigurando a estratégia americana (Kissinger 1994). No entanto, o que mais se destacou na administração Nixon foi a predisposição e busca de estabelecimento de acordos para diminuir os arsenais nucleares. Em 1969, iniciaram-se as negociações entre os Estados Unidos e a União Soviética, de forma a regulamentar o desenvolvimento e acumulação de engenhos nucleares – SALT (Strategic Arms Limitation Talks).

No entanto e contra todas as tentativas que supostamente se estavam a verificar para reduzir os arsenais nucleares, foi a partir da crise Cuba, que se verificou um acréscimo da procura do nuclear, nomeadamente por parte dos Soviéticos. Procuravam recuperar da desvantagem de dezassete para um, buscando a paridade atómica com os Estados Unidos. Em 1972, antes da assinatura do acordo SALT, o número de mísseis balísticos soviéticos excedia em 300 o total americano; no entanto a lacuna americana era colmatada por um maior número de bombardeiros e pela possibilidade de cada míssil transportar várias ogivas nucleares (Kissinger 1994). A paridade nuclear tinha sido atingida; no entanto, a União Soviética possuía vantagem no que dizia respeito a forças convencionais.

O mais surpreendente é que, a cerca de metade da década de 1980, os Estados Unidos começam a desafiar o seu adversário de uma forma só vista, quando o monopólio do nuclear lhes pertencia. Um dos instrumentos usados foi a proposta e desafio de Reagan ao congresso e cientistas americanos, respectivamente, para o desenvolvimento de um sistema de defesa que combatesse directamente as armas nucleares. A visão e proposta de Reagan, no ano de 1983, consistiam no desenvolvimento e construção de uma defesa eficiente contra mísseis balísticos, utilizando a plataforma espacial, capaz de proteger a América e aliados contra um ataque perpetrado em 1ª análise pela União Soviética – SDI<sup>14</sup>. Este sistema incluiria uma rede de satélites e estações espaciais, equipados com laser de alta-frequência, feixes de partículas, armas electromagnéticas e mini mísseis guiados por computador; tudo isto controlado por um sistema de controlo espacial usando “super computadores”.

---

<sup>14</sup>Strategic Defense Initiative.

A investigação, apesar de iniciada, foi rapidamente abandonada devido aos seus elevados custos. Porém, esta ousada medida teve consequências inesperadas no pólo soviético, levando a União Soviética a um esforço suplementar na sua já frágil economia. Inesperadamente, a União Soviética esgota-se a si mesma e cai (Gaddis 1997). O muro de Berlim é destruído em 1989, personificando o final da Guerra-Fria. Os Estados Unidos emergem como a nação que sobreviveu ao confronto, apesar de todo o mundo ter saído vencedor – a ameaça de um holocausto nuclear tinha desaparecido <sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Os cenários apocalípticos de um conflito nuclear a grande escala tinham sido afastados do nosso consciente.